

JORNAL

AEASE

EMBRAPA SEMI ÁRIDO
BR 428 KM 52 ZONA RURAL
CAIXA POSTAL 23
PETROLINA - PE
56300-000

5
9615

Produção
científica

Feira de produtos orgânicos faz seu primeiro aniversário

A feira de produtos sem agrotóxicos realizada todas as quarta-feira na Sede da Aease completou um ano no último dia 30 de outubro e já registra resultados altamente positivos tanto do ponto de vista da comercialização, quanto, principalmente, do ponto de vista da conscientização junto à população consumidora de Aracaju. Para comemorar a data, a AEASE, idealizadora dessa iniciativa, promoveu em conjunto com a Emdagro e produtores, a degustação de produtos fornecidos pelos agricultores ao som de um animado Forró Pé de Serra.

Pag. 06

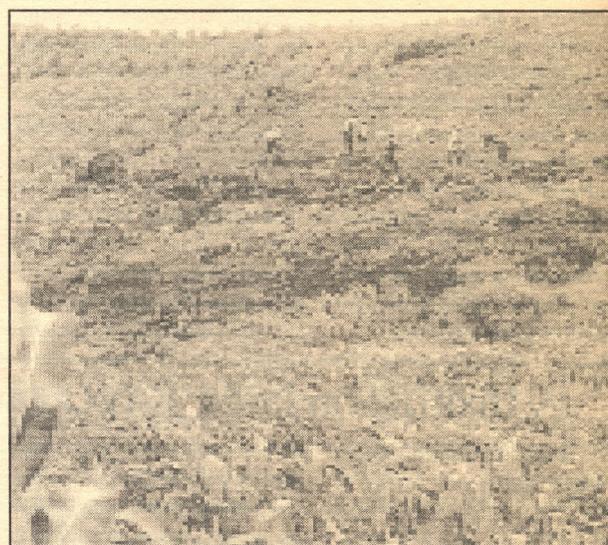
E a coluna Semando publicada nas páginas 4 e 5 desta edição, mostra as comemorações alusivas ao Dia do Engenheiro Agrônomo, a Festa da Laranja em Boquim que promoveu a Semana do Citricultor e a realização de mais uma exposição agropecuária de Sergipe. E na página 02, o articulista Clélio Araújo fala do Curso de Agronomia da UFS.

ÓRGÃO INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS DE SERGIPE - ANO XX
NOVEMBRO/DEZEMBRO DE 2002 - Nº 15

Agrônomos acreditam que Projeto Fome Zero vai fortalecer agricultura familiar

O Projeto Fome Zero a ser implantado pelo Governo do Presidente eleito Luis Inácio Lula da Silva, vai refletir diretamente na agricultura brasileira, em função do aumento da demanda de produtos agrícolas alimentícios. Essa é a visão da classe agrônoma sergipana, ao reconhecer que o Projeto particularmente interessa aos pequenos agricultores familiares, tradicionalmente dedicados ao cultivo de alimentos. Para o

Presidente da Aease, Jodemir Pires, o Projeto Fome Zero por si só já contempla os anseios da população carente de todo o País que vive refém das necessidades essenciais da chamada cesta básica. Veja detalhes do Projeto Fome Zero na página 03 que trás também um comentário do Engenheiro Agrônomo Fernando Lopes sobre a decisão do futuro governo de eliminar a fome de cerca de 50 milhões de brasileiros. (Pág. 3).



Documento propõe expansão de atividades agrícolas

Um documento elaborado pela Aease e outras entidades de classe, será entregue, na próxima semana, ao Governador eleito João Alves Filho, onde são manifestadas preocupações em relação ao se-

tor agropecuário de Sergipe e a necessidade de se promover uma maior expansão das atividades agrícolas contribuindo para o progresso econômico e social do meio rural.

Página 08.

AVISO

Em reunião da diretoria realizada em 16 de dezembro próximo passado, ficou estabelecida a nova mensalidade da AEASE. A partir de janeiro de 2003, será cobrado o valor de R\$ 10,00 (dez reais) e, aqueles que desejarem quitar a anuidade até 31 de março, pagará a importância de R\$ 100,00 (cem reais). Para os sócios que não descontam a mensalidade em folha, será emitido um boleto para pagamento diretamente nas agências bancárias.

Ao desejar BOAS
FESTAS, especiais nesta
mudança de governo, de
olhos abertos sonhamos



com a participação de todos os
Engenheiros Agrônomos no
movimento cívico em defesa do
Brasil, da democracia e trabalho,
para a transformação histórica pelo
combate a fome, inclusão social,
dignidade e felicidade de
todos os brasileiros.

Diretoria da AEASE

Crônica

Agrônomos fazendo agrônomos

Eng. Agrônomo Clélio da Silva Araújo

Roberto da Costa Barros ou Dr. Roberto Barros da Iburá. Otimista, ecologista, visionário. Ele era assim. Acreditava no hoje e no amanhã.

Tinha uma fé inabalável no seu Sergipe. Queria vê-lo cada vez maior.

Acreditava que na atividade profissional multiplicando as essências arbóreas aumentava mais o seu verde aumentava sua esperança e o seu valor.

Um dia, sonhou com a escola de agronomia. Jogou a semente, tentou regá-la com afino e determinação. O solo pedregoso, o clima adverso, foram contrários e impediram que a plantinha vicejasse.

Inconformado e invenível transferia o tempo de batalha para o amanhã.

Guerreiro, ferido na alma, retomava outra vez a luta, avançando a todo custo.

Um dia, o coração fragilizou sua forma de sonhar.

Deus na sua infinita bondade trouxe a universidade federal de Sergipe.

Aloisio Campos recebeu do bom Roberto o bastão da maratona iniciada. Emparelhando com outro *Campos*, de nome Antonino, e com a garra de gladiadores romanos, levaram ao centro da arena o grito da vitória. Emanuel Franco tornou o grito maior.

Hoje, a exemplo da mancha verde da Iburá, floresce na Universidade Federal de Sergipe, a sonhada escola de agronomia, com um verde esplendoroso.

Dez anos de vida. Dez anos de otimismo. Dez anos de glórias.

Os frutos celodiram suas belas sementes e estas, no solo da vida, brotando o saber a

cultura agrônoma emprestando ao nosso estado porções importantes do desenvolvimento.

Aqui uma noite feliz. Uma noite de agradecimentos aos que plantaram aos que continuam tutorando com mãos bondosas, luminoso saber e belos sentimentos no coração a forma grandiosa de forjar novos Engenheiros Agrônomos.

Hoje, o culto e a oração, pedindo a Deusa Ceres que abençoe a Universidade Federal de Sergipe, o grande templo do saber e que traz no colo, no seu interior o profícuo curso de agronomia onde agrônomos de profissão e agrônomos de coração continuam fazendo profissionais das ciências agrárias.

Ao senhor reitor, aos professores e alunos.

As palmas da AEASE.

Parabéns.

A Insuficiência da Educação Ambiental

Eng. Agrônomo Delmo Naziazeno

A compreensão da crise ambiental, a cada dia, torna-se mais e mais reconhecida e aceita pela sociedade, grupos, pessoas, governos e países. Ao final do ano de 2002, em todo o mundo, 5 milhões de pessoas morrerão de câncer de diversos tipos. Os efeitos climáticos devastadores já não podem ser colocados para debaixo do tapete e explicados como manifestações da natureza. A redução da camada de ozônio esta comprovada e a elevação dos níveis das águas dos oceanos e suas marés tem deslocado grande contingente populacional das proximidades dos mares, principalmente os mais pobres.

Do outro lado da moeda, sabe-se que 20 % da população da terra consome cerca de 80% dos recursos naturais (Água, plantas, animais, minérios etc.). São

os 20 % mais ricos. Caso fosse oportunizado o mesmo consumo da Sociedade Americana para todos os povos da terra, necessitaríamos de um novo planeta, pois os recursos naturais hoje existentes não seriam suficientes. Por exemplo, se todos fossem ter um carro, não poderíamos andar de carro, pois todas as vias estariam engarrafadas e não existiria combustível suficiente e por aí vai.

A nova compreensão não é a de elitizar o uso dos recursos naturais, disponibilizando-os para poucos, mas ultrapassar a idéia de "preservar a natureza" e ampliar a participação do uso da sociedade, mas de forma sustentada.

A idéia da preservação é insuficiente para a compreensão da sustentação dos recursos naturais, o compromisso tem que ser estendido como sustentação do social, do econômico e do político.

Para quem preservar?

Por que preservar?

Como preservar?

Estas são perguntas que

não podem ser respondidas só do ponto de vista da preservação ambiental. Saímos felizes de uma palestra, após ler um artigo, curso, comprometidos com a reciclagem, reutilização, coletas seletivas do lixo etc., entretanto, continuamos a poluir pelo descarte de embalagens de bebidas e alimentos, comer com resíduo de agrotóxicos, o risco de alimentos transgênicos e a poluição aumentam a cada dia apesar dos esforços dos bem intencionados.

A redução da poluição, além dos 3 R's (**Reciclar** os materiais, **Reduzir** o consumo e **Reutilizar**) se dará quando a produção orientada exclusivamente para o lucro, começar a pensar no homem, nos conflitos de interesse, em alternativas econômicas e sociais sustentáveis, em fim, na transformação da sociedade. Nesta perspectiva, são 4 os R's, e nesta ordem, **Reduzir**, **Reutilizar**, **Reciclar** e **Refletir** o amanhã.

Opinião

Fome de hipocrisia

Não há quem me convença de que está certo aquele brasileiro que prostrado diante das câmaras de TV, considere um grande tento do ponto de vista prioritário, a campanha de combate à fome feita anualmente, pela Rede Globo de Televisão. Não, isso não.

Entretanto, em nome da boa sensatez, vale a pena lembrar que na verdade não é culpa da Globo o alto índice de miséria registrado por todo o País – são 50 milhões de brasileiros passando fome -, e o que é pior: sem grandes perspectivas de uma solução imediata do problema.

Mas, se considerarmos o poder de fogo que dispõe e a obrigação que tem de promover uma programação mais voltada para o social, alcançando o lado humano do Cidadão, já que se trata de uma concessão pública, a Emissora está muito distante de ser considerada como uma empresa de comunicação de massa capaz de contagiar o telespectador, hoje cansado de uma programação muito mais voltada para o sensacionalismo do que para o bem-estar da população brasileira. Isso, claro, sem falar na fome de cultura propriamente dita, que a emissora, enquanto televisão, promove.

Através dos seus Telejornais, seria muito mais proveitoso se a Globo, ao contrário das campanhas demagógicas e recheadas de hipocrisia, produzisse farto material jornalístico de forma imparcial e ostensiva, denunciando as milhares de falcatruas instaladas no Poder Público brasileiro e que aí sim, têm levado a fome a milhões de irmãos sofridos e atingidos por uma política nefasta, que só tem contribuído para a elevação das desigualdades sociais.

Competência e estrutura técnica a empresa de comunicação tem de sobra. Basta vontade administrativa e decisão política para fazer valer aquilo que é de fato mais importante e prioritário para que seja dado o ponta-pé inicial no programa de combate à fome tão defendido pelo futuro Governo.

Por: Bertulino Menezes – Jornalista

EXPEDIENTE JORNAL DA AEASE

aease@infonet.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Jodemir Antônio Pires Freitas

Presidente

Delmo Naziazeno

Vice-Presidente

Raul Dantas Vieira Neto

Secretário Geral

Clélio da Silva Araújo

1º Secretário

Paula Yagui

2º Secretária

Jefferson Feitoza de Carvalho

1º Tesoureiro

Godofredo Vieira de Albuquerque

2º Tesoureiro

EDITOR GERAL: Bertulino Menezes Jornalista – DRT SE 340

CONSELHO DELIBERATIVO

TITULAR:

Paulo Carvalho Viana

Carlos Augusto Pereira da Silva

Manoel Messias Santos

Luiz Simões Faria

Luiz Alberto Siqueira

SUPLENTE:

Ailton Francisco da Rocha

Arie Fitzgerald Blank

José Lavres Filho

João de Souza Ávila

Pedro Araújo Lessa

Tiragem 6.000 exemplares
Impressão e Diagramação: TextoPronto
Gráfica e Editora Ltda
Rua Propriá, 156 - Centro
Tel. (79) 211-2374 - Am/SE

O projeto FOME ZERO

O Fome Zero parte de constatações baseadas em recentes pesquisas:

1) a fome tem crescido no país, sobretudo em regiões metropolitanas - há hoje 44 milhões de pessoas, ou 9,3 milhões de famílias, vulneráveis à fome (ganham menos de um dólar por dia - cerca de R\$ 80 por mês - padrão do Banco Mundial para definir a indigência);

2) Segundo dados da Embrapa, o país já produz alimentos suficientes para toda a sua população, ou seja, não falta comida. A maioria absoluta dos que passam fome não tem é dinheiro, ou renda, para se alimentar dignamente.

A partir desses dois pontos, o projeto elenca uma série de políticas públicas que seriam necessárias para combater decisivamente a fome. Elas estão divididas em três grupos.

1) Políticas estruturais - a serem implantadas gradativamente:

a - aumento do salário mínimo até o patamar dos US\$ 100 ;

b - frentes de trabalho em regiões com desemprego sazonal ;

c - programas de qualificação e assistência para faixas etárias com maior índice de desemprego (jovens e com mais de 40 anos) ;

d - crédito popular (por organismos oficiais e incentivando cooperativas de crédito solidário/ bancos do povo) ;

e - recuperação/ incremento do ensino público ;
f - política habitacional popular como forma de gerar empregos e alavancar o crescimento econômico ;
g - reforma agrária (com meta de 1 milhão de famílias) ;

h - universalização da previdência social, visando estender benefício de 1 salário mínimo para trabalhadores urbanos em regime de economia familiar/ informal, conforme já acontece no meio rural (público potencial - 2,9 mi de pessoas);

i - programas de bolsa-escola/ renda mínima (público potencial de 3,3 milhões de crianças atualmente fora da escola - R\$ 45 por criança/ mês) ;

j - incentivo à agricultura familiar, com assistência técnica, crédito e apoio à comercialização (potencial de pelo menos 3 milhões de propriedades com capacidade ociosa) ;

2) políticas específicas:
a - a principal inovação seria a distribuição de cupons para a aquisição de alimentos, semelhante a programas "food stamp" instalados no México e nos EUA. O início da distribuição dos cupons seria rapidamente efetivado, segundo o texto do Fome Zero, sendo utilizados para a definição dos beneficiados os cadastros de programas municipais e estaduais de assistência. Inscrita no programa, a família teria de provar que mantém os filhos na escola e os pais deveriam participar de atividades de qualificação profissional para continuar recebendo os cupons. Reavaliações periódicas (semestrais ou anuais) definiriam a continuidade ou não da assistência. Nas grandes e médias ci-

dades, um sistema de cartão magnético poderia substituir o cupom, dificultando o seu comércio paralelo (períodos curtos de validade do cupom também podem inibir essa prática);
b - cestas básicas apenas para emergência (em regiões atingidas por calamidade ou com alta deficiência de equipamentos de abastecimento - em outros casos, prioridade é o sistema de cupons);
c - estoques públicos de segurança regionalizados e com finalidade de evitar importação de produtos básicos;
d - combate à desnutrição materno-infantil (1,3 milhão de crianças, 1,2 milhão de mães), a partir da rede de saúde;
e - ampliação da merenda escolar (hoje atende 15% das necessidades calóricas diárias da criança, por lei; proposta é que em regiões mais problemáticas ela chegue a até 100%, sendo estendida a irmãos mais novos da criança), priorizando produção local nas compras de seus componentes - dobrar os gastos com merenda representariam apenas R\$ 1 bi/ ano;
f - campanhas de educa-

ção alimentar;

g - vigilância da qualidade dos alimentos, incluindo restrições aos transgênicos até que sua segurança seja comprovada;

n - ampliação do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), incentivando microempresas com benefícios fiscais (público potencial: 15,7 milhões de trabalhadores);

3) políticas locais, a serem implementadas por prefeituras/ sociedade civil:

a - banco de alimentos (incluindo apoio ao Estatuto do Bom Samaritano, que tramita no Congresso Nacional), para incentivar grandes produtores/ comerciantes de

b - parcerias com redes de supermercados (incentivando comercialização de produtos de agricultura familiar);

c - incentivos a agricultura urbana/ auto-consumo (assistência técnica, alíquotas diferenciadas de IPTU etc. na criação de hortas comunitárias, p.ex.)

d - restaurantes populares, como em Belo Horizonte e Rio de Janeiro;

e - modernização dos equipamentos de abastecimento (incentivo a sacolões, venda direta etc.). Como origem dos recursos necessários para as políticas, o Fome Zero aponta a necessidade de um orçamento federal próprio, incluído nos gastos com políticas sociais (que hoje representam R\$ 45 bi/ ano - como parâmetro, o sistema de cupons deverá custar em média R\$ 10 bi/ ano). Complementarmente, o Fundo de Combate à Pobreza e as próprias iniciativas da sociedade civil.

Para coordenar o Fome Zero em nível federal, o projeto propõe a retomada do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, articulado com o Ministério do Planejamento e vinculado diretamente ao gabinete da Presidência da República. Em nível municipal, secretarias de Abastecimento e Saúde podem ser núcleos articuladores.

Simultaneamente ao lançamento do projeto, o público poderá obter o texto integral do Fome Zero na Internet, no site www.icidadania.org.br



Considerações sobre o Projeto Fome Zero e as suas prováveis repercussões sobre a agricultura

*Fernando Lopes
Engº Agrônomo*

Mesmo considerando que o país já produz atualmente os alimentos suficientes para toda a população, conforme afirma a EMBRAPA, e as pessoas passam fome porque não dispõem de renda, presume-se que o Projeto Fome Zero, ao elevar os padrões de consumo da população brasileira, certamente trará como consequência o aumento da demanda de produtos agrícolas alimentícios.

Diante dessa premissa, outras inferências podem também ser feitas, sobretudo quanto às possíveis repercussões positivas sobre o aumento da produção agrícola a partir do crescimento do mercado, criando novas alternativas de comercialização que podem ser particularmente interessantes para os pequenos agricultores familiares, tradicionalmente dedicados ao cultivo de alimentos.

Contudo, acredita-se que essa repercussão benéfica somente ocorrerá se forem criados canais adequados de articulação entre os produtores e o mercado. Como se sabe, no mundo atual onde o comércio é cada vez mais globalizado e dominado por cadeias e marcas, num cenário crescentemente ocupado pelas grandes redes de comercialização e distribuição de mercadorias e serviços, a pequena produção agrícola desorganizada e dispersa não tem vez.

Assim sendo, conviria aos formuladores desse projeto e aos responsáveis pela condução das políticas agrícolas darem-se as mãos para a operacionalização conjunta de práticas que venham a beneficiar reciprocamente os que têm fome e os produtores de alimentos - que também passam fome e outras necessidades, advindas de uma atividade econômica tão sujeita às adversidades, decorrentes tanto do processo

biológico da produção agrícola quanto das dificuldades de acesso aos mercados, agora aumentadas pelas mudanças nas estruturas econômicas e padrões de distribuição que requerem novos conhecimentos e práticas comerciais sofisticadas.

Para que os pequenos produtores sejam efetivamente parceiros desse novo projeto é necessário que além do reforço nos programas de assistência técnica para difusão de novas tecnologias e oferta de financiamento adequado, sejam construídas e melhoradas as estruturas e mecanismos de comercialização, de modo a facilitar a inserção dos produtores no mercado em condições satisfatórias.

Em síntese, considera-se que a criação do Fome Zero, oferece a oportunidade de construir cadeias alimentícias melhor estruturadas, com benefícios equitativamente distribuídos entre os diferentes segmentos que compõem a cadeia produtiva.

comida a doar excedentes que normalmente não são aproveitados - já existe em cidades como Santo André;

b - parcerias com redes de supermercados (incentivando comercialização de produtos de agricultura familiar);

c - incentivos a agricultura urbana/ auto-consumo (assistência técnica, alíquotas diferenciadas de IPTU etc. na criação de hortas comunitárias, p.ex.)

d - restaurantes populares, como em Belo Horizonte e Rio de Janeiro;

e - modernização dos equipamentos de abastecimento (incentivo a sacolões, venda direta etc.). Como origem dos recursos necessários para as políticas, o Fome Zero aponta a necessidade de um orçamento federal próprio, incluído nos gastos com políticas sociais (que hoje representam R\$ 45 bi/ ano - como parâmetro, o sistema de cupons deverá custar em média R\$ 10 bi/ ano). Complementarmente, o Fundo de Combate à Pobreza e as próprias iniciativas da sociedade civil.

Para coordenar o Fome Zero em nível federal, o projeto propõe a retomada do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, articulado com o Ministério do Planejamento e vinculado diretamente ao gabinete da Presidência da República. Em nível municipal, secretarias de Abastecimento e Saúde podem ser núcleos articuladores.

Simultaneamente ao lançamento do projeto, o público poderá obter o texto integral do Fome Zero na Internet, no site www.icidadania.org.br

Simultaneamente ao lançamento do projeto, o público poderá obter o texto integral do Fome Zero na Internet, no site www.icidadania.org.br

Simultaneamente ao lançamento do projeto, o público poderá obter o texto integral do Fome Zero na Internet, no site www.icidadania.org.br

Simultaneamente ao lançamento do projeto, o público poderá obter o texto integral do Fome Zero na Internet, no site www.icidadania.org.br

Simultaneamente ao lançamento do projeto, o público poderá obter o texto integral do Fome Zero na Internet, no site www.icidadania.org.br

Simultaneamente ao lançamento do projeto, o público poderá obter o texto integral do Fome Zero na Internet, no site www.icidadania.org.br

Simultaneamente ao lançamento do projeto, o público poderá obter o texto integral do Fome Zero na Internet, no site www.icidadania.org.br

Simultaneamente ao lançamento do projeto, o público poderá obter o texto integral do Fome Zero na Internet, no site www.icidadania.org.br

Simultaneamente ao lançamento do projeto, o público poderá obter o texto integral do Fome Zero na Internet, no site www.icidadania.org.br

Simultaneamente ao lançamento do projeto, o público poderá obter o texto integral do Fome Zero na Internet, no site www.icidadania.org.br

Simultaneamente ao lançamento do projeto, o público poderá obter o texto integral do Fome Zero na Internet, no site www.icidadania.org.br

Simultaneamente ao lançamento do projeto, o público poderá obter o texto integral do Fome Zero na Internet, no site www.icidadania.org.br

semeando semeando



Dia do Engenheiro Agrônomo

Com a apresentação de várias palestras enfocando os mais variados temas voltados para o meio rural, além de uma exposição sobre "Os Caminhos do DEA", a classe agrônoma de Sergipe comemorou sua data maior, 12 de outubro, Dia do Engenheiro Agrônomo.

Para este ano, foi desenvolvida uma programação especial que culminou também com as comemorações dos Dez Anos do Curso de Engenharia Agrônoma da Universidade Federal de Sergipe.



nharia Agrônoma da Universidade Federal de Sergipe.

A AEASE e o DEA - Departamento de Engenharia Agrônoma da UFS, se confraternizaram e aproveitaram a ocasião para apresentar à sociedade sergipana e comunidade acadêmica, a produção

científica até então desenvolvida.

No final das comemorações, foi servido um coquetel de confraternização aos agrônomos e familiares, além dos estudantes de agronomia da UFS e convidados especiais.

CURSO

Realizou-se, no período de 17 a 30 de novembro último, em Tamandaré/Pernambuco, uma das mais belas regiões praianas do Nordeste, o XV Curso de "Introdução à Educação no Processo de Gestão Ambiental", brilhantemente coordenado pelo Profº e Mestre José Silva Quintas, Chefe do Núcleo de Educação Ambiental do IBAMA/Brasília. O curso teve entre outros objetivos capacitar educadores para atuarem no processo de concepção, formulação e aplicação políticas e ações relativas ao Meio Ambiente, bem como relacionar a crise ambiental do planeta à necessidade de se construir uma ética centrada na vida, repensando os processos de produção de conhecimento, de desenvolvimento sócio-econômico e de gestão ambiental. Na prática, discutiu-se



formas de intervenção do cidadão na solução dos conflitos, problemas ou aproveitamento das potencialidades dos recursos naturais, com vistas ao alcance de alternativas econômicas e sociais sustentáveis.

O evento contou com a participação de 39 profissionais advindos de diversas regiões do país, o que enrique-

ceu sobremaneira as discussões e os trabalhos de grupo. Representaram o estado de Sergipe os Engenheiros Agrônomos Delmo Naziazeno e Elizabeth Denise Campos, os quais assumiram o compromisso de elaborar um projeto na perspectiva de aplicar os conhecimentos adquiridos.

FRUTICULTURA

No período de 18 a 22 de novembro de 2002 foi realizado o XVII Congresso Brasileiro de Fruticultura, em Belém - PA. Sergipe esteve representado, através dos pesquisadores Raul Vieira, da Emdagro, Ana Ledo, Josué Francisco, Jeane Portela e Joana Ferreira, da Embrapa-Tabuleiros Costeiros, que apresentaram trabalhos relacionados com a mangaba, limas ácidas, umbú-cajá, coco e genética de solos. Estiveram também presentes os colegas Godofredo (Emdagro), Pedro Calazans e Sônia Loureiro (Cohidro).

SIMPÓSIO

Em setembro passado, foi realizado em Fortaleza (CE) o Frutal e o Simpósio de Inovações Tecnológicas e Gerenciais, durante o qual o Engenheiro Agrônomo, Raul Vieira, pesquisador da Emdagro e secretário geral da AEASE apresentou o trabalho intitulado "Recomendação de Variedades de Bananeira para o Baixo São Francisco", no qual relatou-se as altas produtividades obtidas por algumas variedades, especialmente a Grande Naine, que naquele ecossistema atingiu 50 toneladas por hectare/ciclo.

AGRICULTURA ECOLÓGICA

No período de 04 a 07 de novembro, foi realizado em Aracaju, o II Curso de Agricultura Ecológica para a região Nordeste. O evento teve como objetivo conscientizar os participantes sobre a importância da agropecuária ecológica como instrumento essencial para o aproveitamento dos recursos naturais visando a preservação do meio ambiente, a qualidade dos alimentos, a saúde dos produtores e dos consumidores.

CITRICULTURA

Na semana de 07 a 10 de novembro realizou-se em Boquim, mais uma Festa da Laranja, uma promoção da Prefeitura Municipal e realização da EMDAGRO e ASCISE, com o apoio de diversas outras instituições que compõem

o setor agrícola do estado. Durante essa programação, realizou-se também a Semana da Citricultura, que constou de várias palestras ministradas no Centro de Treinamento da EMDAGRO e que contou com a participação de técnicos e citricultores. Durante a Semana da Citricultura comemorou-se ainda o Dia do Citricultor.

Este foi um grande momento para se debater e discutir os novos rumos da citricultura, que começa um processo de recuperação sendo inclusive uma das promessas do futuro governo do Estado a sua revitalização.

Foram realizadas diversas palestras, abordando temas atuais e de interesse dos citricultores, como por exemplo, a Produção de Mudanças em Telado, por Roberto Salva do FUNDECITRUS, Doenças na Produção de Mudanças, por Hermes Peixoto da EMBRAPA/Cruz das Almas, Crédito Rural, por Ruy Hayne do Banco do Nordeste, atividades do Comitê Gestor da Fruticultura por João Amaral, da Secretaria de Agricultura, Panorama da Citricultura por Nilton Fontes, Presidente da ASCISE, entre outras. Foi escolhido o Citricultor do Ano o Sr. Adilberto Costa de Siqueira. E o viverista do ano Nivaldo Araujo Santos.

FOME

"Se ao final do meu governo cada brasileiro estiver se alimentando três vezes ao dia, já me dou por satisfeito". A célebre frase dita pelo Presidente eleito Luis Inácio Lula da Silva mostra o seu compromisso de matar a fome de 50 milhões de brasileiro vítimas de uma política que nos últimos anos só privilegiou as elites de todo o País.

XXIII CBA

O XXIII Congresso Brasileiro de Agronomia será realizado no período de 26 a 29 de agosto de 2003 em Belo Horizonte - MG cujo tema será Agronomia: Sustentabilidade Trabalho e Qualidade de Vida. Colegas programe-se para participação deste grande evento da categoria agrônoma.

semeando semeando

CONVÊNIO

Os engenheiros agrônomos Antonio Viana Filho e Paula Yagui já concluíram o relatório das atividades desenvolvidas durante um ano dentro do convênio firmado entre AEASE/INCRA para a supervisão da execução por parte da Emdagro e Cecac, dos serviços de Assistência Técnica prestados às famílias assentadas nos Projetos de Assentamentos; de Reforma Agrária.

No relatório, os engenheiros mostram os pontos positivos e negativos dos serviços prestados aos assentados, e, oferecem sugestões de alternativas para a superação de dificuldades eventualmente ainda existentes na área.

EXPOSIÇÃO

A Secretaria de Estado da Agricultura, através da Emdagro, promoveu no período de 08 a 15 de dezembro, a 61ª. Exposição Agropecuária de Sergipe e a 2ª. Exposição Especializada de Pardo Suíço. O evento, que aconteceu no Parque de Exposição João Cleóphas, reuniu durante uma semana pecuaristas de Sergipe e outros Estados da

Federação.

A exposição este ano foi um sucesso, tanto em número de animais expostos e negócios realizados como também pela programação técnica desenvolvida, constando de palestras e minicursos sobre temas voltados para a agricultura de Sergipe. O Presidente da Aease Jodemir Freitas, proferiu palestra para técnicos e produtores sobre agricultura orgânica. Os engenheiros agrônomos Tennyson Aragão e Manoel Tavares (em memória) bem como o ex-governador Arnaldo Garcez foram homenageados pelos relevantes serviços prestados à agropecuária sergipana.

ANIVERSÁRIO

A Universidade Federal de Sergipe promoveu no último dia 14 de novembro na Sede da AEASE, um coquetel de comemoração dos "Dez Anos do Curso de Engenharia da UFS". Na oportunidade, foi apresentada à sociedade presente e comunidade acadêmica, a produção científica do DEA, bem como, divulgadas as potencialidades da UFS frente às novas vertentes das ciências agrárias.

VISITA



Cerca de 70 estudantes e professores do Colégio Agrícola vieram conhecer a Feira de produtos sem agroquímicos realizada todas as quartas-feiras na AEASE.

Na oportunidade o presidente da AEASE Jodemir Freitas e a Nutri-

cionista Maria Angélica Freitas (EMDAGRO) fizeram uma explanação sobre o trabalho da AS-POAGRE mostrando a importância da produção de alimentos sem agroquímicos para a saúde do produtor, do consumidor e para o meio ambiente.

PALESTRA

No dia 25 de outubro o presidente da AEASE, Jodemir Freitas proferiu palestra sobre Agricultura orgânica no auditório do SEBRAE no município de Estância para produtores, técnicos e lideranças comunitárias que fazem parte do farol de desenvolvimento do Banco do Nordeste.



Registrando

Os jornalistas Bertulino Menezes e Carlos França entrevistam o hoje presidente Lula, no Programa Bom Dia Sergipe, afiliada da Rede Globo de Televisão em 1994, na 1ª Campanha Presidencial de Lula.

Ministro

Para o Engenheiro Agrônomo Paulo Viana, a indicação do também Engenheiro Agrônomo Roberto Rodrigues, para a Pasta da Agricultura do Governo Lula, significa o fortalecimento do agronegócio brasileiro, face à experiência que o novo ministro tem nessa área.

Ministro I

A propósito, a palestra proferida pelo Engenheiro Agrônomo Roberto Rodrigues por ocasião da abertura do XXII CBA realizado em Aracaju em 2001, abordando O Tema "Projeto Brasil" Agricultura Sustentável, demonstra bem a sua preocupação com o fortalecimento das cadeias produtivas, incorporando ao meio rural, renda e conseqüentemente a ampliação do mercado de trabalho para a população camponesa.

Ministro II

Acredita Paulo Viana



que somente através da integração agricultura-agroindústria-distribuição, é que o meio rural terá condições de proporcionar um nível de renda, mantendo a população rurícola, numa qualidade de vida digna para um País que se constitui numa das maiores economias

do nosso Planeta, eliminando por sua vez, o famigerado êxodo rural que tem levado às populações urbanas intransigência e devastação dos recursos naturais.

*Paulo Viana -
Engenheiro Agrônomo*

Workshop de divulgação dos resultados projeto São Francisco

O Presidente da AEASE Jodemir Freitas, juntamente com o secretário Clélio Araujo e o conselheiro Paulo Viana estiveram presentes no Workshop de divulgação dos resultados do Projeto GEF São Francisco, realizado em Propriá, no último dia 21 de novembro o evento teve como objetivo apresentar a sociedade os resultados obtidos pelos cinco subprojetos desenvolvidos no baixo São Francisco, conforme segue:

O subprojeto sobre "Uso da Terra no São Francisco", concluiu que, do ponto de vista regional, não há ocorrência significativa de degradação do uso do solo.

O subprojeto, "Nutrientes e Qualidade de Água nas condições atuais do rio São Francisco, demonstrou que, na área onde foi realizado o estudo, ou seja, de Propriá a região Oceânica, ocorre



uma baixa concentração de material em suspensão, o que explica a elevada transparência da água.

O subprojeto sobre os "Peixes e a Pesca" no rio São Francisco constata uma redução anual de cerca de 12% na produção de pescado. Os estudos mostram que não há perspectiva para a pesca artesanal, fazendo-se

necessárias imediatas intervenções através do repovoamento com base na reprodução da espécie de piracema em laboratório.

O subprojeto "Erosão das Margens" e suas relações com a dinâmica fluvial pós-barragens, faz observações sobre registros de ocorrência de processos erosivos às margens dos

perímetros irrigados pela CODEVASF. Conclui que a regularização do rio favorece a erosão marginal e que a construção da barragem de Xingó é responsável pelo incremento e agravamento do processo erosivo.

O subprojeto "Medidas Mitigadora" para assoreamento e a erosão do "Novo Chico" e sua foz mostra que o maior problema do Rio São Francisco não está relacionado com a estiagem sazonal e sim, com a regularização constante.

No final dos trabalhos, ficou evidente a necessidade de realização de eventos com abordagem mais simples, para facilitar a compreensão por parte da população ribeirinha.

Por ocasião dos plenários, foram levantadas algumas propostas para o comitê da Bacia do Rio São Francisco - CBH/SF,

quais sejam:

- Fazer exigências, em nome do povo ribeirinho, buscando reduzir a influência de grupos privados, em favor dos interesses destas comunidades.

- Dar ênfase técnica e política às questões relacionadas a esgoto e tratamento de resíduos sólidos.

- Intervir no sentido de viabilizar mecanismos de compensação social, sobretudo junto a CHESF.

- As ações acompanhadas, coordenadas pelo CBH/SF, deve valorizar a participação de técnicos e representantes das comunidades que vivem no entorno do rio.

- Deve procurar linguagem mais apropriada, sobretudo nos encontros entre técnicos e comunidades, para que estes entendam e possam se sensibilizar e conscientizar sobre as questões apresentadas.

Feira de produtos sem agrotóxicos

A feira de produtos sem agrotóxicos realizada todas as quartas-feiras na sede da AEASE, completou um ano, em 30 de outubro último. Produtores consumidores e instituições que apoiam essa realização, a exemplo da AEASE, EMDAGRO e Prefeitura de Itabaiana, comemoraram a data degustando produtos trazidos pelos agricultores ao som de um Forró Pé de Serra.

A feira de produtos sem agroquímicos acontece desde o dia 31 de outubro de 2002. Lá, os 18 produtores de Areia Branca, Itabaiana e Malhador, que fazem parte da ASPOAGRE, disponibilizam em suas barracas, grande variedade de hortaliças e frutas como alface, coentro, cebolinha, couve, espinafre, rúcula, rabanete, acelga, mostarda, almeirão, escarola, abóbora, batata doce, aipim, amendoim, tomate, pimentão, cenoura, inhame, mamão, banana, maracujá, acerola, dentre outros. Também é possível encontrar na feira produtos à base de mandioca como farinha, beiju, tapioca,



Feira de Itabaiana

além de ovos de galinha caipira e mel.

A resposta da população de Aracaju a essa experiência tem sido bastante positiva, e para melhor atendê-la, a ASPOAGRE está oferecendo um serviço de atendimento através de kits que são encomendados previamente, facilitando para aqueles consumidores que não podem fazer suas compras no horário normal da feira.

Um novo empreendimento da ASPOAGRE foi inaugurado no último dia 03 de dezembro no município de Itabaiana. Trata-se da sede associação onde tam-

bém foi instalado um ponto para comercialização de hortaliças, funcionando da segunda-feira a sábado no horário comercial.

Durante a solenidade de inauguração, o Engenheiro Agrônomo Jodemir Freitas, presidente da AEASE, falou da importância da produção de alimentos sem uso de agroquímicos para a saúde do produtor e do consumidor, bem como para o meio ambiente. Ressaltou ainda a importância da organização dos produtores e o apoio institucional, como fatores decisivos para o sucesso desse trabalho.



Produtos orgânicos



Forró Pé de Serra anima aos presentes

AEASE promove palestra sobre política de recursos hídricos

No dia 21 de Outubro de 2002, como parte das comemorações alusivas ao Dia Mundial da Alimentação, a AEASE promoveu uma palestra sobre o tema "Política de Recursos Hídricos no Brasil", realizada no auditório da COHIDRO, proferida pelo Prof. Dr. Demétrios Christofidís, Doutor em Gestão Ambiental/Desenvolvimento Sustentável, Mestre em Engenharia de Irrigação, Prof. da UNB, Consultor do Ministério da Integração Nacional/Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica, onde con-



tou-se com a presença de colegas dos diversos órgãos do Estado. Na ocasião, o Prof. Demétrios nos passou algumas cópias da revista Irrigação e Tecnologia Moderna (ITEM) na qual consta uma matéria de autoria do mesmo e que, de forma resumida, estamos transcrevendo-a.

Irrigação, a fronteira hídrica na produção de alimentos

A crescente procura pelos recursos hídricos está gerando uma trajetória de redução de disponibilidade de água que se apresenta tanto na crise atual, da saúde, como estima-se que ocorrerá na crise de médio prazo, de alimento e se agravará na crise do amanhã, da vida.

As propostas mundiais voltadas para evitar a crise atual na saúde, evitando doenças com adequados sistemas de saneamento e produzindo mais alimentos com menor quantidade de água, baseiam-se no fato de que, por volta do ano 2025, cerca de 3 bilhões de pessoas estarão vivendo em países com tal escassez de recursos hídricos que ficarão incapacitados de produzir seus próprios alimentos e de exercer qualquer outra atividade produtiva.

No mundo, cerca de 275 milhões de hectares são de solos irrigados (18% de área de colheita total no planeta), responsáveis por cerca de 42% da produção total da agricultura.

Na passagem da água pelos sistemas produtivos (tanto na agricultura irrigada como nos derivados ali-

mentares da pecuária), onde há um processo natural de depuração dos recursos hídricos (evapotranspiração, infiltração), são necessárias cerca de 2 mil toneladas de água para se produzir 1 ton. de arroz ou soja e algo em torno de 1 mil ton. de água para obter 1 ton. de trigo ou milho. Na produção de alimentos de origem animal, o requerimento de água é maior: 7 mil ton. de água para obter 1 ton. de carne bovina; 4 mil ton. de água para 1 ton. de carne suína; 5 mil ton. de água para 1 ton. de leite e 6.600 ton. de água para 1 ton. de queijo.

Agricultura e Irrigação no Brasil

A área agrícola plantada no Brasil, considerando-se as 62 principais lavouras, segundo o IBGE: Produção Agrícola Municipal (2001) evoluiu de 46.75 (em 1996) para cerca de 51.82 milhões de hectares (em 2000). Segundo a FAO, a área total de solos utilizadas com lavouras permanentes e temporárias no Brasil, em 1996 foi de 65.4 milhões de ha, enquanto em 1999 essa superfície alcançou 65.2 milhões de ha e a relação de área irrigada, área total cultivada, na agricultura no Brasil, foi de 4.06 (1996)

para 4.72 em 1999.

Os especialistas estimam que existem solos aptos para expansão e desenvolvimento anual de agricultura de sequeiro, em bases sustentáveis, em mais de 110 milhões de ha no país, dos quais, aproximadamente 72% estão localizados no cerrado.

No que diz respeito aos solos aptos para o desenvolvimento da agricultura irrigada de forma sustentável, o potencial brasileiro está estimado em 29.564 mil hectares, dos quais cerca de dois terços ocorrem nas regiões Norte e Centro-Oeste.

As possibilidades de desenvolvimento sustentável da agricultura irrigada, em cada Estado, estudadas em 1999 pelo MMA, SRH E DDH, levaram em conta a existência de solos aptos (classes 1 a 4), a disponibilidade de recursos hídricos sem risco de conflitos com outros usos prioritários da água e o atendimento às exigências da legislação ambiental e ao Código Florestal.

A consistência das informações sobre a superfície produtiva agrícola, sob irrigação no país está em curso e permitem estimar, com base no ano 2001, a área irrigada brasileira em

3.149.217 hectares.

Na região Nordeste, o índice de expansão de sistemas de irrigação localizada permitiu elevar a cobertura para uma superfície de 138.4 mil ha (2001), enquanto em 1996 a área sob controle da irrigação localizada era de 55.200 ha.

Demanda de Água para Irrigação no Brasil

A indicação dos volumes de água derivados dos mananciais e os utilizados para o desenvolvimento da agricultura irrigada na parcela agrícola, por Estado, baseou-se nas características de solos, nos tipos e variedades de cultivos, no clima, na eficiência de condução, dentre outros, que influenciaram tal definição em 1998.

O dilema atual relativo ao crescente uso da água para produzir alimentos é o seguinte:

a) retirar água da agricultura irrigada para atender ao crescimento urbano, à produção industrial e às exigências ambientais que são cada vez maiores;

b) melhorar a eficiência dos métodos dos sistemas de irrigação e do manejo da agricultura irrigada e da drenagem agrícola, para manter a competitividade e a ex-

pansão das áreas produtoras de alimentos com menor dotação de água.

As propostas emergentes de alternativas ao desenvolvimento sustentável da irrigação são de incentivo à reconversão de sistemas de irrigação, que atualmente apresentam baixa eficiência, para métodos de irrigação adaptados a cultivos de maior retorno e apropriados ao uso racional de energia e água. Nessa transformação, surgem, com maior vantagem, os equipamentos de maior facilidade de controle, os de manejo adequado dos sistemas de irrigação por superfície, os que elevam a uniformidade de aplicação de água, como os por aspersão, e os de irrigação localizada como gotejamento e microaspersão.

As expansões das áreas irrigadas ocorrerão, com maiores chances de sucesso, se os equipamentos, máquinas e implementos acompanharem as melhorias de eficiência no uso de águas e as reais capacidades de aquisição dos agricultores a partir dos benefícios advindos da adoção dos novos equipamentos.

No caso brasileiro, as atividades imediatas, asso-

(Continua na 8)

(Continuação da pág. 7)

ciadas à otimização da irrigação, com maior possibilidade de sucesso são:

a) a reconversão de áreas atualmente irrigadas ao nível parcelar (*on-farm*), a métodos e sistemas mais apropriados como a fruticultura irrigada, em especial na região Nordeste, onde se estima possível incrementar o uso de uma área

de 820 mil hectares em solos, que apresentam potencialidade para irrigação com a mesma água que atualmente é utilizada para irrigar 500 mil hectares; e

b) a expansão da produção agrícola sob irrigação, sob domínio de sistemas existentes, permite o aumento da área atual irrigada em 25 %, ou seja, em cerca de 800 mil hectares, apenas com a melhoria de eficiência

de condução, distribuição e aplicação de água.

Os custos de investimento da irrigação privada, dentro a parcela (*on-farm*), em geral, são inferiores e variam de US\$ 650/há para os sistemas tradicionais de irrigação por superfície, até US\$ 2.300/há para a irrigação por gotejamento. Os custos das outras tecnologias são de aproximadamente US\$ 1.450/há para os sis-

temas de aspersão: US\$ 1.600/há para os sistemas de pivô central; e sistemas autopropelidos.

As melhorias nos projetos envolvidos com agricultura irrigada são de toda ordem. Há medidas estruturais e não-estruturais, além do instrumental, do ponto de vista físico-técnico, tecnológico, materialista. Há aspectos humanos, psicológicos, institucionais, organizacio-

nais e legais. Há os relacionados com as lavouras, com os solos, com o clima, com o meio ambiente e com a dinâmica de evolução humana; entre outros. Isto é, uma série de aspectos que passarão a compor a agenda dos empreendimentos de irrigação e de agricultura que pretendam alcançar elevado padrão de sustentabilidade ambiental associados ao desenvolvimento humano.

Leite orgânico: uma oportunidade para o semi-árido

Orlando Monteiro de Carvalho Filho
Pesquisador da Embrapa Semi-Árido

Os riscos climáticos por demais conhecidos, que inviabilizam a sustentabilidade da agricultura dependente de chuvas, e afora a disponibilidade mais barata dos fatores básicos de produção (terra e mão-de-obra de reconhecido valor), existem consideráveis vantagens comparativas no ambiente físico semi-árido para a produção animal em geral e para a atividade leiteira em particular:

Nesse contexto, pro-

cessos tecnológicos que asseguram a sustentabilidade da pequena produção de leite no semi-árido foram desenvolvidos pela Embrapa Semi-Árido e encontram-se disponíveis e materializadas em um modelo físico de sistema de produção agroecológico localizado no semi-árido sergipano. Este sistema, que possibilita a produção de leite de alta qualidade microbiológica, sem resíduos tóxicos, com mínima utilização de insumos externos e, portanto, a baixo custo, fundamenta-se em:

Infra-estrutura agrossi-

vipastoril assentada em espécies adaptadas ao ambiente semi-árido: capim buffal e urocloa, leucena, gliricidia, palma forrageira, nim, sabiá, algaroba,...

Diversidade temporal e espacial dos subsistemas cultivados;

Uso de animais geneticamente compatíveis com o ambiente e que otimizam o padrão nutricional da infra-estrutura forrageira;

Manejo que assegure o bem-estar animal

Práticas de conservação de forragem: silagem e fenação;

Reciclagem de resíduos

vegetais p/animais e de resíduos animais cultivos;

Uso de métodos naturais nos controles fito e zoonosológico;

Recomposição do componente arbóreo em reflorestamentos, arborização de pastagens, cultivos em alamedas, cercas vivas forrageiras e cortinas quebra-ventos

Dessa forma pode ser viabilizada, técnica e economicamente, a pequena produção de leite em bases sustentáveis e competitivas.

Assim, enquanto a lógica "modernizante" do circuito industrial da cadeia

produtiva do leite começa a excluir, de forma crescente, uma parcela inmensurável de produtores do setor formal, a produção orgânica de leite e seus derivados, com alto valor agregado, surge como oportunidade sobretudo para a produção familiar, sabidamente mais apropriada a sistemas de produção menos danosos ao ambiente, particularmente no semi-árido, ainda não tão "intensificado" e intoxicado, onde certamente será mais fácil, pelas razões apontadas, produzir o leite orgânico

Entidades de classe reivindicam atenção para o setor agrícola

A Aese e diversas outras entidades de classe, vão entregar, na próxima semana, ao Governador eleito João Alves Filho, um documento reivindicando atenção especial para o setor agrícola sergipano.

O documento reconhece as dificuldades que normalmente afetam o setor agrícola em todo o País, e mostra uma situação crítica para a grande maioria das atividades agrícolas sergipana, sob as mais diferentes perspectivas - tecnológicas, econômicas, comerciais ou financeiras.

REALIDADE DA AGRICULTURA SERGIPANA!

O cenário atual da agricultura de Sergipe, mostra na área produtiva do setor primário em geral, uma trajetória estacionária ou em declínio, com exceção de um avanço recente da exploração da avicultura no modelo de integração entre avicultores e empresas de fornecimento de insumos e compra de frangos, onde o processo de produção incorpora tecnologia moderna. Nos demais subsectores, os avanços tecnológicos têm sido percebidos apenas na atividade pecuária bovina, com a melhoria nos

cuidados sanitários, práticas de conservação de forragem e melhoramento genético de rebanho, e em áreas restritas de irrigação em arroz e cultivo de frutas no Platô de Neópolis, além do desenvolvimento recente da aquíicultura. Atividades tradicionais como as culturas do coco seco e da laranja mostram retrocesso, determinado principalmente pelas dificuldades do mercado e dos mecanismos ultrapassados de comercialização.

AGRONEGÓCIOS

No item Agronegócios, o documento mostra que com raras exceções, pode-



se afirmar que o segmento moderno e progressista da agricultura brasileira está integrado ao complexo agroindustrial. O agronegócio representa 21% do PIB

nacional e 25% da produção total do país emprega 37% dos trabalhadores brasileiros e corresponde a 40% das

(Continua na 9)

nossas exportações. Para a agricultura irrigada prevalece o mesmo conceito, visto que os elevados investimentos requeridos determinam que a exploração seja orientada por princípios comerciais com estreita vinculação com os mercados. Dentre outros mecanismos, aponta-se para a necessidade de contratos de produção entre o agricultor e o comprador, seja este exportador, agroindústria ou cadeia de supermercados. Ou ainda uma política agroindustrial articulada diretamente à produção agrícola, incorporando o agricultor não apenas como mero fornecedor de matéria-prima, mas como autêntico parceiro no negócio agroindustrial.

CADEIAS PRODUTIVAS

O enfoque das cadeias produtivas constitui uma das estratégias mais inovadoras propostas na agenda de discussões sobre as alternativas para o desenvolvimento regional.

Vários autores estão convergindo para o entendimento de que, do ponto de vista sistêmico e estrutural, os mecanismos de incentivos fiscais e creditícios são instrumentos insuficientes para a promoção do desenvolvimento. Tais instrumentos "podem apenas criar um amontoado de empresas sem ligações orgânicas entre si e com o local". Nessas circunstâncias, essas empresas podem desaparecer com o tempo, principalmente por falta de condições propícias à geração de aglomerações e rendimentos crescentes.

No que diz respeito diretamente ao setor agropecuário, tem-se constatado que o acesso ao crédito, mesmo subsidiado, muitas vezes não representa o alcance do desenvolvimento sustentável, porque vem desacompanhado de políticas para a articulação com os mercados e a garantia da comercialização dos produ-

tos agrícolas a preços compensadores.

Há hoje o reconhecimento de que os incentivos governamentais devem ser orientados cada vez mais para o apoio às cadeias produtivas e/ou conjuntos de atividades econômicas afins, estruturadas como "clusters" de base regional ou local, principalmente, destinados preferentemente para atividades com maior capacidade de absorção de emprego, perspectivas de crescimento competitivo e de geração de efeitos germinativos sobre outras atividades econômicas. Políticas pontuais de apoio para elos isolados da cadeia não produzem resultados duradouros.

Diferentemente da metodologia tradicional de promoção de investimentos, o novo enfoque privilegia:

- a união de esforços mediante uma parceria entre governo e iniciativa privada;

- o aproveitamento de oportunidades de mercado, a globalização e a alta competitividade;

- abrange toda a cadeia produtiva e atividades interligadas;

- avalia pontos fortes e fracos de toda a cadeia produtiva, tendo em vista o apoio aos elos frágeis e estratégicos.

Nos últimos anos, por todo o mundo, grupos de empresas estão se articulando, dentro de setores ou atividades específicas, para desenvolver fortes relações baseadas na complementaridade, na interdependência, na cooperação e na troca de informações.

Em vez de operarem isoladamente ao longo da cadeia produtiva, as empresas organizam-se em redes e desenvolvem sistemas complexos de integração, os quais têm como resultado a materialização de uma eficiência coletiva, propiciando uma maior competitividade do conjunto das empresas, em comparação com empreendimentos que atuam isoladamente.

Uma típica cadeia produtiva agrícola compreende:

- o mercado consumidor, composto por pessoas que consomem o produto final;

- a rede de atacadistas e varejistas;

- a indústria de processamento e/ou transformação do produto;

- as propriedades agrícolas, com seus diversos sistemas produtivos agropecuários ou agrofloreais;

- os fornecedores de insumos (adubos, defensivos, máquinas, implementos e serviços).

A distribuição equitativa dos benefícios econômicos gerados ao longo da cadeia produtiva promove o atendimento das necessidades dos seus componentes e a sua sustentabilidade. Cadeias produtivas com acumulações irrisórias de benefícios em parte dos seus componentes tendem a se desagregar e desaparecer ao longo do tempo, a exemplo do que aconteceu com a citricultura sergipana

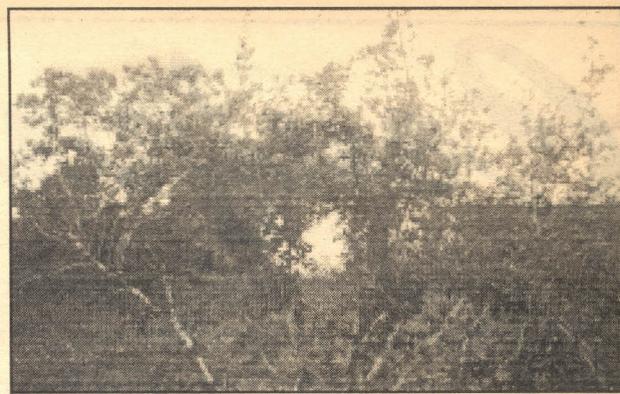
A competição internacional se faz presente entre cadeias. Por isso, exige que o Brasil, inserido na economia internacional, tenha o seu processo de desenvolvimento econômico estruturado a partir de cadeias produtivas, num trabalho cooperativo entre o setor privado e o Governo na busca de uma isonomia competitiva interna, tendo como referência o ambiente internacional.

O SETOR PÚBLICO AGRÍCOLA

A experiência mundial demonstra que não há agricultura desenvolvida sem que haja um sistema de apoio governamental eficiente e capaz de atender às demandas especializadas da maioria das atividades e negócios agrícolas, com destaque para a geração e/ou regulação do fornecimento de inúmeros serviços tais como:

- Organização e sistematização dos mercados e da comercialização;

- Realização de estudos para identificação e promoção do desenvolvimento de cadeias produtivas;



- Realização de pesquisas para a inovação constante da tecnologia agrícola;

- Assistência técnica e difusão de novas tecnologias;

- Fornecimento de insumos, máquinas e equipamentos e serviços qualificados;

- Crédito agrícola;

- Infra-estrutura básica de abastecimento de água e irrigação;

- Ações fundiárias de redistribuição de terras e reorganização agrária;

- Apoio e estímulos ao associativismo em geral.

Nesta área e, em particular para o Estado de Sergipe, destacamos a urgência do fortalecimento da Secretaria da Agricultura e das suas vinculadas – EMDAGRO e COHIDRO, para atender às necessidades e exigências do meio rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da trajetória recente da agricultura sergipana, que se caracteriza pela tendência de declínio da maioria das suas atividades, com visível retrocesso do agronegócio, coloca-se como imperativa a adoção de modelos e estratégias compatíveis com as novas tendências mundiais.

Conforme apresentado acima, a ação governamental deve orientar as políticas agrícolas de acordo com as novas estratégias de atuação através das cadeias produtivas e da articulação com os mercados, de modo que os produtores rurais se integrem aos grandes circuitos de comercialização, seja pela integração com as agroindústrias ou pela inserção nas redes de distribuição.

As políticas tradicionais de crédito, assistência téc-

nica e geração de tecnologias continuam a ser essenciais para o desenvolvimento, porém amplamente referenciadas pelas perspectivas mercadológicas e efetiva articulação dos produtores rurais com as agroindústrias e as cadeias de comercialização e distribuição.

Considerando as habituais fragilidades organizacionais e econômicas dos agricultores para negociação junto aos elos mais fortes das cadeias produtivas, cumpre ao governo atuar decisivamente como mediador e incentivador dessa parceria, usando dos instrumentos que dispõe para fortalecimento de toda a cadeia produtiva e consequente desenvolvimento do agronegócio em geral no Estado de Sergipe.

Reafirmamos a importância de se fortalecer o sistema de apoio à agricultura, constituído pelas diferentes instituições governamentais, para as quais poderão ser redefinidas as estruturas administrativas e as funções determinadas pelos novos paradigmas do estado moderno, que se propõe atuar de forma ágil e eficaz na identificação dos setores estratégicos e prioritários, em parceria com os produtores rurais e agentes da iniciativa privada em geral.

Neste sentido, a EMDAGRO e a COHIDRO, atuando de acordo com esta compreensão, dispõem de uma capilaridade espacial e de um quadro de servidores aptos, sendo instituições capazes de contribuir decisivamente para os objetivos do desenvolvimento rural do Estado de Sergipe.

Confraternização

Ao som de uma dupla de seresteiros e em meio a apresentação do Coral Sinfonia das Águas da Associação dos Servidores da Cohidro, Engenheiros Agrônomos e familiares, se confraternizaram na noite do dia 21 de dezembro na tradicional Festa de Final de Ano.

O evento, que aconteceu no Salão de Festas da AEAASE, contou também com a participação especial do Padre Arnóbio Patrício de Melo que falou aos presentes sobre o significado daquele momento, quando mais uma vez, o mundo celebra o nascimento de Jesus Cristo.

As fotos abaixo, destacam os momentos especiais da confraternização.

